



**Demonstrações Financeiras Combinadas
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
às Instituições Financeiras**

**Conglomerado Prudencial
Banco Original**

31 de Dezembro de 2017

	Pág.
ÍNDICE	
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	4
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial	7
Demonstração do Resultado	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1. Contexto Operacional	12
Nota 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	12
Nota 3. Descrição das Principais Práticas de Combinação	12
Nota 4. Principais Práticas Contábeis	12
Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa	15
Nota 6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15
Nota 7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	15
Nota 8. Relações Interfinanceiras	19
Nota 9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20
Nota 10. Outros Créditos	22
Nota 11. Outros Valores e Bens	23
Nota 12. Participações em Coligadas e Controladas	24
Nota 13. Imobilizado de Uso	24
Nota 14. Intangível	24
Nota 15. Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	24
Nota 16. Obrigações por Empréstimos	25
Nota 17. Outras Obrigações	26
Nota 18. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	26
Nota 19. Patrimônio Líquido	27
Nota 20. Limites Operacionais	27
Nota 21. Partes Relacionadas	28
Nota 22. Receitas de Prestação de Serviços	29
Nota 23. Despesas de Pessoal	29
Nota 24. Outras Despesas Administrativas	29
Nota 25. Despesas Tributárias	29
Nota 26. Outras Receitas Operacionais	30
Nota 27. Outras Despesas Operacionais	30
Nota 28. Resultado não Operacional	30
Nota 29. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	30
Nota 30. Estrutura de Gerenciamento de Risco	30
Nota 31. Outras Informações	31
Nota 32. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos	32
Relatório do Comitê de Auditoria	33

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A (Conglomerado) para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Bacen, acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Este relatório, assim como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

● Atuação

O Conglomerado contando com sólida estrutura organizacional, linhas de negócios bem definidas, sólida governança corporativa, robusta gestão de riscos e sistemas, vem atuando nos segmentos:

Banco de Atacado:

Corporate - que conta com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivas para este segmento;

Agronegócio - com atuação na Pecuária e Agricultura, com foco em produtores altamente profissionalizados e em segmentos bem definidos.

Banco de Varejo:

Foi lançado em 27 de março de 2016, e tem sua atuação no segmento de Pessoa Física como um *Full Bank*, oferecendo além de conta corrente, cartões de crédito, linhas de crédito pessoal, seguros, diversos produtos de investimento além de múltiplas funcionalidades disponíveis através da plataforma 100% digital.

Caixa e capital:

Destaca-se ainda a disponibilidade de caixa e capital, além do baixo índice de alavancagem, que permite ao Conglomerado estar bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

O ano de 2017 foi um ano muito particular, pautado por cenário político e cenário econômico de muita incerteza. No Banco de Atacado optamos por uma atuação mais conservadora, reduzindo algumas exposições e preservando a liquidez.

Apenas no último trimestre do ano, o mercado apresentou maior estabilidade, permitindo uma atuação mais forte no mercado de crédito, especialmente na compra de recebíveis.

Já no Banco de Varejo o crescimento e a expansão da base de clientes e produtos continuaram acima do esperado, e superaram todas as metas.

● Banco de Varejo - Banco Digital

O Banco Digital foi concebido para oferecer serviços personalizados para as pessoas físicas, empresas Corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado e trazer pulverização e diversificação para a captação no Banco.

Para criar uma plataforma digital com serviços de qualidade e atendimento diferenciado, foram feitos investimentos com contratação e treinamento de profissionais, compra e desenvolvimento de softwares, utilizando o que há de mais atual e disruptivo em tecnologia.

Dentre os serviços oferecidos, destacam-se a aberturas de contas, a contratação de produtos de forma 100% digital, depósitos em dinheiro via boleto, de cheque via imagem e várias opções em produtos para aplicação de recursos, tudo em apenas poucos cliques. Também merece destaque a possibilidade da realização de saques em outras moedas (Dólar e Euro) em nossos caixas eletrônicos.

Atingimos a marca de mais de 540 mil clientes em dezembro de 2017, com uma carteira de crédito de R\$ 300 MM e uma captação vinda deste segmento no valor de R\$ 640 MM.

● Prêmios e Reconhecimentos

O Banco Original recebeu prêmios de reconhecimentos do mercado pela sua inovação:

- **10 empresas mais admiradas do país em inovação** - Instituto Anuário Valor Inovação Brasil 2017 - Revista Valor;
- **XVII Prêmio eFinance 2017 - Instituto eFinance** - Case "Banco 100% Digital: Back Office otimizado e Eficiência Operacional";
- **CELENT Model Bank Awards** - Consumer Digital Platform;
- **V Prêmio a la Innovación Financiera** - CLAB 2017 / FELABAN - Case: "Seja Original - Digital Customer Onboarding";
- **Melhores Empresas em Satisfação do Cliente** - 1º lugar no Segmento de Demais Bancos e Financeiras;
- **Prêmio ORACLE - Excellence Award** - Leadership in Infrastructure Transformation;
- **12º Prêmio Relatório Bancário** - CRM - Case: "Plataforma de Atendimento Banco Original";
- **Prêmio Marketing Best** - Case: "Lançamento Banco Original";
- **Prêmio Informática Hoje** - Categoria Banco.

● Inovação Tecnológica

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) avalia anualmente atividades relacionadas à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de pessoas jurídicas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos no capítulo III da Lei nº 11.196 de 2005 (Lei do Bem). As exigências do Capítulo III da Lei do Bem foram atendidas pelo terceiro ano consecutivo, o que habilitou o Original a usufruir dos incentivos fiscais da referida Lei.

O montante do benefício de imposto de renda e contribuição social gerado nesse exercício foi de R\$ 30,5 MM, referente aos investimentos em inovação que fizemos durante o ano de 2015.

● Mudança no Controle acionário

Em 16 de novembro de 2017 foi publicado no Diário Oficial da União a mudança do controle acionário do Banco.

O Sr. José Batista Sobrinho (diretamente) e o Sr. José Batista Sobrinho Junior (através da holding JBJ Agropecuária Ltda) passaram a deter o controle da instituição, com respectivamente 25,000002% e 25,000002% do capital da J&F Participações S.A, holding financeira detentora de 100% das ações do banco.

A J&F Investimentos, que anteriormente detinha 100% de participação no capital do Banco, continua como acionista, mas passou a ter 49,999996%.

● Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 31 de dezembro de 2017, o Conglomerado apresentou lucro no período de R\$ 1,5 milhões contra um lucro de R\$ 43,5 milhões apresentado no ano de 2016.

Apesar do resultado modesto de 2017, ao final do exercício obtivemos um resultado operacional positivo de R\$ 22.326, oriundo basicamente do bom desempenho da Intermediação Financeira, o que demonstra um melhor desempenho do banco quando comparado ao resultado operacional negativo de R\$ (278.632) em 2016. Resultados voláteis são esperados até a maturação da atividade de varejo, esperada para 2019/2020.

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$ 8.832.925 (31/12/2016 - R\$ 8.723.294) e é representado principalmente por:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações Interfinanceiras	265.227	969.963
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.117.751	1.005.555
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	4.959.846	5.328.584

A carteira de crédito expandida, composta pela carteira de crédito e outros créditos, fiança e títulos privados, ao término do exercício atingiu o saldo de R\$ 5.438.867 (31/12/2016 - R\$ 5.825.985) e o saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa e de fiança é de R\$ 189.454 (31/12/2016 - R\$ 259.378), correspondente a 3,48% da carteira expandida.

A redução da carteira de crédito ocorreu basicamente pelo impacto das cessões de crédito feitas em junho e setembro de 2017, cujo volume total foi de R\$ 591 MM.

O prazo médio da carteira ativa ao final do exercício é de 249 dias.

O resultado das políticas mais seletivas nas cessões de créditos está demonstrado pelos seguintes indicadores:

- 75% da carteira de crédito está concentrada nos Ratings AA a A;
- 95% da carteira de crédito Total está em Curso Normal;
- O índice de Cobertura apurado foi de 120,8%, ou seja, os saldos de provisões de crédito cobrem a carteira com atraso superior a 90 dias;

O quadro-resumo a seguir demonstra que mesmo no cenário adverso de 2017 a posição de risco de crédito do Conglomerado foi e continua a ser bem administrada. De acordo com a política de concessão de crédito aos clientes do banco de atacado, normalmente são solicitadas garantias reais para as operações de crédito, para proteção contra possível desvalorização, custos processuais ou perdas financeiras advindas da ação de sequestro da garantia. O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, se dá nos cartórios competentes.

Rating	Carteira e Garantias					
	Em Dia (Normal)	Em Atraso (Anormal)	PCLD	Saldo Carteira	Garantia Real	% Cobertura R\$ mil
AA - C	4.593.328	51.452	30.511	4.644.780	4.171.908	89,8%
D-H	131.550	183.516	156.906	315.066	679.351	215,6%
TOTAL	4.724.878	234.968	187.417	4.959.846	4.851.259	97,8%

Funding

A preservação da liquidez da instituição, em função do cenário adverso do ano de 2017, reflete em 31 de dezembro de 2017, em um caixa total de R\$ 1,3 bilhões. O Funding total do banco, na mesma data, era de aproximadamente R\$ 5,8 bilhões com um prazo médio de 307 dias.

A captação institucional do banco tem base sólida de clientes, e conta com diversificação e pulverização importantes, o que previne movimentos bruscos no caixa do banco. No segundo semestre do exercício teve um crescimento expressivo de 18% (aproximadamente de R\$ 4,9 bilhões em junho de 2017 para R\$ 5,8 bilhões em dezembro de 2017), e conseguiu uma redução significativa do custo total de captação ao longo do ano.

A captação do banco de varejo já contribui ao final do exercício com pouco mais de 11% do total do Funding do banco.

3. Resultado Operacional

Conglomerado Financeiro Original (R\$ mil)			
	31/12/2017	31/12/2016	Variação %
Receitas da Intermediação Financeira	1.164.988	1.052.177	11%
Despesas de Intermediação Financeira	(572.319)	(825.811)	-31%
Resultado da Intermediação Financeira	592.669	226.366	162%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(570.343)	(504.998)	13%
Resultado Operacional	22.326	(278.632)	108%

Pelo quadro-resumo da Demonstração de resultado, podemos ver que o Original terminou o ano de 2017 apresentando uma melhora substancial no seu resultado operacional. A receita de intermediação financeira foi 11% maior que no ano anterior, e a despesa de intermediação 31% menor, decorrente da redução do custo de captação e redução das perdas de crédito, o que possibilitou uma recuperação importante do resultado operacional, que foi positivo ao final do exercício.

4. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 2.214.981 (31/12/2016 - R\$ 2.225.187), composto da seguinte maneira:

Descrição	(R\$ mil)	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social		2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial		613	3.554
Prejuízos Acumulados		(47.534)	(36.797)
Participação minoritários		131.901	128.429

● Agência de Rating

Agência	Curto prazo		Longo prazo	
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2 (bra)	BBB (bra)	B	B+

(1) Dezembro 2017

● Reestruturação em Controladas

O capital social da controlada Original Asset Management foi considerado excessivo e sofreu uma redução de R\$ 61.119, passando de R\$ 63.119 para R\$ 2.000.

O valor foi integralmente devolvido aos sócios de acordo com o percentual de participação. O montante devolvido para o Conglomerado atingiu R\$ 61.113 correspondente à sua participação de 99,99%.

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, report, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e report de riscos por estas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, perante a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

2. Comitê de Auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014, o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros qualificados, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com alto padrão em Governança Corporativa.

● Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. O Conglomerado mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

No exercício de 2017, foram abertas 79 demandas (31/12/2016 - 289), as quais foram informadas à Alta Administração do Conglomerado e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

● Pessoas

O Conglomerado acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento dos negócios e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente no qual todos possam contribuir com suas experiências.

Assim, investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

● Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 28 de Fevereiro de 2018.

Diretoria Contador

Carlos André Hermesindo da Silva
CRC - 281528/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas do
Conglomerado Prudencial Original
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. ("Conglomerado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A., em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com os procedimentos específicos para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial estabelecidos pela Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e as entidades incluídas no conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 32 às demonstrações financeiras consolidadas, que descreve sobre o Acordo de colaboração premiada de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Conglomerado, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a entidade possui transações relevantes com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa 21 às demonstrações financeiras consolidadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações Financeiras Individuais

O Banco Original S.A., instituição líder do Conglomerado Prudencial, elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações em 28 de fevereiro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo de acordo a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e das entidades incluídas no conglomerado continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou as entidades incluídas no conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e das entidades incluídas no conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e das entidades incluídas no conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e as entidades incluídas no conglomerado a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante		5.983.061	5.925.976
Disponibilidades	5	53.789	41.720
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	265.227	969.963
Aplicações no Mercado Aberto		59.999	886.056
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		142.252	65.978
Aplicações em Moeda Estrangeira		62.976	17.929
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	1.700.940	435.857
Carteira Própria	7.a.2	1.290.104	223.224
Vinculados a Compromissos de Recompra	7.a.2	272.482	151.031
Vinculados à Prestação de Garantias	7.a.2	129.344	36.948
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	9.010	24.654
Relações Interfinanceiras	8	2.428	1.197
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		4	-
Créditos Vinculados		1.958	1.177
Depósitos no Banco Central		1.958	1.177
Correspondentes		466	20
Relações Interdependências	15.d	35.064	11.502
Transferências Internas de Recursos		35.064	11.502
Operações de Crédito	9	1.355.605	1.791.396
Setor Privado		1.482.303	1.939.792
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(126.698)	(148.396)
Outros Créditos		2.553.250	2.657.444
Carteira de Câmbio	10.a	71.504	92.455
Rendas a Receber		3.156	4.245
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	2.055	17.803
Créditos Tributários	10.b.1	94.516	77.261
Direitos Creditórios	10.e	2.345.309	2.336.272
Diversos	10.d	55.469	154.711
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(18.759)	(25.303)
Outros Valores e Bens	11	16.758	16.897
Despesas Antecipadas		16.758	16.897
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.099.452	1.996.630
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	416.811	569.698
Carteira Própria	7.a.2	285.574	273.890
Vinculados a Compromissos de Recompra	7.a.2	117.672	155.397
Vinculados à Prestação de Garantias	7.a.2	12.453	139.704
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	1.112	707
Operações de Crédito	9	838.713	664.297
Setor Privado		880.673	749.196
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(41.960)	(84.899)
Outros Créditos		739.306	697.777
Direitos Creditórios	10.e	176.230	202.630
Créditos Tributários	10.b.1	251.222	197.107
Diversos	10.d	311.854	298.071
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	-	(31)
Outros Valores e Bens	11	104.622	64.858
Outros Valores e Bens		116.361	70.742
(Provisão para Desvalorização)		(11.739)	(5.884)
Permanente		750.412	800.688
Investimentos		7.402	66.359
Participações em Coligadas e Controladas:	12	6.954	65.911
No País		6.954	65.911
Outros Investimentos		448	448
Imobilizado de Uso	13	69.987	694.687
Outras Imobilizações de Uso		98.000	753.589
(Depreciação Acumulada)		(28.013)	(58.902)
Ativos Intangíveis	14	673.023	39.642
Ativos Intangíveis		807.316	47.799
(Amortização Acumulada)		(134.293)	(8.157)
Total do Ativo		8.832.925	8.723.294

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Passivo Circulante		4.724.698	4.092.335
Depósitos	15.a	2.368.939	1.315.004
Depósitos à Vista		191.263	78.886
Depósitos Interfinanceiros		102.529	72.891
Depósitos a Prazo		2.075.147	1.163.227
Captações no Mercado Aberto	15.b	388.511	305.428
Carteira Própria		388.511	305.428
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	1.623.914	1.925.274
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.623.914	1.922.851
Certificados de Operações estruturadas		-	2.423
Relações Interfinanceiras	8	8	3
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		8	3
Relações Interdependências	15.d	29.296	31.040
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.413	20.909
Transferências Internas de Recursos		25.883	10.131
Obrigações por Empréstimos	16.a	-	104.017
Empréstimos no Exterior		-	104.017
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	-	95.458
Outras Instituições		-	95.458
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	8.128	49.007
Instrumentos Financeiros Derivativos		8.128	49.007
Outras Obrigações		305.902	267.104
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		532	813
Carteira de Câmbio	10.a	-	5.815
Sociais e Estatutárias	21.b	7.773	6.375
Fiscais e Previdenciárias	17.a	60.827	49.748
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	882	8.185
Diversas	17.b	235.888	196.168
Passivo Exigível a Longo Prazo		1.881.466	2.398.217
Depósitos	15.a	1.606.849	1.869.149
Depósitos a Prazo		1.606.849	1.869.149
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	232.161	485.496
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		232.161	485.496
Outras Obrigações		42.456	43.572
Diversas	17.b	42.456	43.572
Resultados de Exercícios Futuros		11.780	7.555
Rendas Antecipadas		11.780	7.555
Patrimônio Líquido		2.214.981	2.225.187
Capital Social:		2.130.001	2.130.001
De Domiciliados no País	19.a	2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	613	3.554
Prejuízos Acumulados		(47.534)	(36.797)
Participação de Não Controladores		131.901	128.429
Total do Passivo		8.832.925	8.723.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL BANCO ORIGINAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Receitas da Intermediação Financeira		536.191	1.164.988	1.052.177
Resultado de Operações de Crédito	9.g	309.459	733.728	712.775
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.3	219.745	316.195	198.964
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.3	5.814	111.808	139.898
Resultado de Operações com Câmbio	10.a.1	1.173	3.257	540
Despesas da Intermediação Financeira		(227.611)	(544.289)	(629.910)
Operações de Captação no Mercado	15.a.1	(226.623)	(541.570)	(612.600)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.f	(988)	(2.719)	(17.310)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		308.580	620.699	422.267
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	(46.070)	(28.030)	(195.901)
Resultado da Intermediação Financeira Líquida da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		262.510	592.669	226.366
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(261.252)	(570.343)	(504.998)
Receitas de Prestação de Serviços	22.a	13.247	23.934	29.959
Tarifas	22.b	3.281	5.076	677
Despesas de Pessoal	23	(125.893)	(283.434)	(235.347)
Outras Despesas Administrativas	24	(190.506)	(368.185)	(336.035)
Despesas Tributárias	25	(19.195)	(35.071)	(24.135)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	(202)	158	(258)
Outras Receitas Operacionais	26	64.121	94.559	64.991
Outras Despesas Operacionais	27	(6.105)	(7.380)	(4.850)
Resultado Operacional		1.258	22.326	(278.632)
Resultado não Operacional	28	(6.135)	(6.283)	364.807
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		(4.877)	16.043	86.175
Imposto de Renda e Contribuição Social	29	26.486	29.380	10.176
Provisão para Imposto de Renda		-	-	(9.361)
Provisão para Contribuição Social		-	-	(7.963)
Ativo Fiscal Diferido		26.486	29.380	27.500
Participações no Lucro		(23.005)	(43.923)	(52.762)
Lucro/ (Prejuízo) Líquido do Semestre/ Exercício		(1.396)	1.500	43.589
Juros Sobre Capital Próprio		(4.544)	(9.144)	(7.500)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL BANCO ORIGINAL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Capital Social	Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	2.103.451	26.550	(10.976)	(55.265)	2.063.760	110.434	2.174.194
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	14.530	-	14.530	374	14.904
Homologação do Bacen s/aumento de Capital Social	26.550	(26.550)	-	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo Líquido no Exercício	-	-	-	18.468	18.468	25.121	43.589
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	2.130.001	-	3.554	(36.797)	2.096.758	128.429	2.225.187
Mutações do Exercício	26.550	(26.550)	14.530	18.468	32.998	17.995	50.993
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	2.130.001	-	3.554	(36.797)	2.096.758	128.429	2.225.187
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(2.940)	-	(2.940)	379	(2.562)
Lucro/Prejuízo Líquido no Exercício	-	-	-	(10.737)	(10.737)	12.237	1.500
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(9.144)	(9.144)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	2.130.001	-	614	(47.534)	2.083.081	131.901	2.214.981
Mutações do Exercício	-	-	(2.940)	(10.737)	(13.677)	3.472	(10.206)
							-
Saldos em 30 de Junho de 2017	2.130.001	-	(8.514)	(34.160)	2.087.327	124.241	2.211.568
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	9.128	-	9.128	225	9.353
Lucro/Prejuízo Líquido no Exercício	-	-	-	(13.374)	(13.374)	11.978	(1.396)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(4.544)	(4.544)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	2.130.001	-	614	(47.534)	2.083.081	131.901	2.214.981
Mutações do Semestre	-	-	9.128	(13.374)	(4.246)	7.659	3.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	31/12/2017	31/12/2016
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		(1.396)	1.500	43.589
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		(23.295)	34.284	221.262
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	46.070	28.030	195.901
Carteira de crédito		45.280	19.369	173.969
Outros Créditos		(14.718)	(6.847)	14.720
Cessão de créditos		15.508	15.508	7.212
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	202	(158)	258
Depreciação / Amortização		56.344	105.595	52.160
Ajuste a Valor de Mercado		(101.814)	(93.463)	(41.475)
Tributos Diferidos		(21.335)	(24.536)	(27.500)
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros		5.809	6.378	2.171
Provisão de Participações no Lucro		21.651	42.553	52.762
Provisão para Desvalorização BNDU	28	5.748	5.855	(13.015)
Demais ajustes no semestre/exercício		(35.970)	(35.970)	-
Lucro Líquido do Semestre/ exercício Ajustado		(24.691)	35.783	264.851
Varições em Ativos e Passivos		(207.426)	80.984	494.814
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(88.701)	(89.287)	(65.953)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		335.898	(137.776)	(166.649)
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(9.242)	8.065	18.711
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(404.737)	326.020	189.313
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(918.861)	(174.589)	(1.331.750)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(47.031)	(35.930)	28.699
Aumento (Redução) em Depósitos		959.177	791.635	1.031.839
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		7.228	95.568	305.428
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(5.148)	(554.695)	238.962
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(62.589)	(163.298)	24.643
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		21.675	10.366	10.484
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		4.905	4.905	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(232.117)	116.767	548.578
Atividades de Investimento				
Aumento em Investimentos		-	-	(7.552)
Redução de capital em Investimento		57.209	57.209	641
Aquisição de Imobilizado de Uso		(40.035)	(26.416)	(74.357)
Aquisição no Intangível		(4.237)	(88.207)	(151.754)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		12.937	(57.414)	(233.022)
Atividades de Financiamento				
Juros sobre o Capital Próprio		(4.544)	(9.144)	(7.500)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(4.544)	(9.144)	(7.500)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(223.724)	50.209	308.056
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/ Exercício		1.207.272	933.339	625.283
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/ Exercício	5	983.548	983.548	933.339
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(223.724)	50.209	308.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento, e do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo autorizado pelo Bacen e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e financiamento, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis do Conglomerado foram elaboradas pela Administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen) foram considerados para a elaboração das Demonstrações contábeis Prudencial do Banco Original S.A. – Conglomerado.

O artigo 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das Demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A., as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as Demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. (Conglomerado) compreendem as seguintes entidades:

Banco Original S.A.
Banco Original do Agronegócio S.A.
Agência Cayman no exterior

3. Descrição das Principais Práticas de Combinação

Na elaboração das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, instituído pela Circular Bacen nº 1.273/1987, especificamente em relação às normas do Conglomerado Prudencial.

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido das entidades que compõem as demonstrações contábeis antes de qualquer eliminação de consolidação estão assim representados:

1) Banco Original S.A.

	Banco Original S.A.		Agência Cayman		Banco Original Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Total do Ativo	8.822.440	8.663.136	36.184	150.262	8.786.263	8.663.098
Total do Passivo	6.739.360	6.566.379	-	117.569	6.703.183	6.566.341
Total do Patrimônio Líquido	2.083.080	2.096.757	36.184	32.693	2.083.080	2.096.757
Total dos Lucros (prejuízos) Líquidos do Exercício	(10.737)	18.467	2.902	102	(10.737)	18.467

2) Banco Original do Agronegócio S.A.

	Banco Original do Agronegócio S.A.	
	31/12/2017	31/12/2016
Total do Ativo	143.811	144.861
Total do Passivo	11.910	16.432
Total do Patrimônio Líquido	131.901	128.429
Total dos Lucros (prejuízos) Líquidos do Exercício	12.237	25.122

Nos procedimentos de combinação, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A. e o Banco Original S.A. e a Agência Cayman. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte desta combinação.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Instrumentos de gerenciamento de caixa representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras e títulos de valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento;
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais.

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no patrimônio líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não havia títulos mantidos até o vencimento.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção do Banco em utilizá-lo como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do Banco Central do Brasil. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto que no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- **Hedge de Risco de Mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultado;
- **Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior - Hedge de Fluxo de Caixa** - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", são baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

O Banco Original adquire créditos, de natureza mercantil, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo estas com partes relacionadas. Estas operações são contabilizadas no grupo de contas – Outros Créditos com Características com Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considerar os seguintes aspectos:

j.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos.

j.3) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

Em 2017 o Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução nº 4.534/2016 e reclassificou do imobilizado montantes referentes a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível, no qual será amortizado em 10 anos.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (Impairment)

É reconhecido como perda se o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No primeiro semestre de 2017, não foram registradas perdas por *impairment*.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas à alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/2015, fruto de conversão da MP nº 675/2015. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, e os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "Despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Conglomerado possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. As cessões de crédito foram efetuadas a valor contábil. Essas transações estão demonstradas na Nota 21, de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009. O Conglomerado efetuou cessão de carteira de crédito a qual foi precificada pelo valor contábil.

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

Nos anos de 2017 e 2016 foram deliberados dividendos na forma de JCP. Vide nota 19.d.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

t) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

De acordo com a Resolução nº 4.512/2016 as operações de avais e fianças prestadas e honradas e não honradas têm provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda da Administração.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira	53.789	41.720
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	110.096	891.619
Títulos e Valores Mobiliários	819.663	-
Total	983.548	933.339

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				31/12/2017	31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	59.999	-	-	59.999	886.056
Posição Bancada	59.999	-	-	59.999	802.040
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	15.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-	367.054
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	59.999	-	-	59.999	419.986
Posição Financiada	-	-	-	-	84.016
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	84.016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	119.968	22.284	-	142.252	65.978
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	53.722	-	-	53.722	5.563
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinc. Crédito Rural	66.246	22.284	-	88.530	60.415
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	62.976	-	62.976	17.929
Aplicação prazo fixo	-	62.976	-	62.976	17.929
Total	179.967	85.260	-	265.227	969.963
Circulante				265.227	969.963

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), os prazos referem-se ao lastro da operação e as aplicações em DI estão custodiadas na B3.

7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

			31/12/2017	31/12/2016
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	39.700	75	39.775	20.499
Notas do Tesouro Nacional - NTN	104.866	(13)	104.853	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	782.101	1.504	783.605	-
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas ⁽³⁾	242.575	96.744	339.319	61.965
Total Carteira Própria	1.169.242	98.310	1.267.552	82.464
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	80.078	192	80.270	100.956
Total Vinculados a compromissos de recompra	80.078	192	80.270	100.956
Vinculados à prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras Financeira do Tesouro - LFT	4.642	-	4.642	4.221
Letras do Tesouro Nacional - LTN	103.830	2.683	106.513	-
Total Vinculados à prestação de garantias	108.472	2.683	111.155	4.221

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeira do Tesouro - LFT	3.881	8	3.889	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	20.469
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	50.571
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	226.930	2.026	228.956	234.090
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	3.468	-	3.468	3.012
Debêntures	20.031	6	20.037	52.171
Notas Promissórias	50.119	109	50.228	54.337
LF Pós-Principal e Encargos	1.548	-	1.548	-
Total Carteira Própria	305.977	2.149	308.126	414.650
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.012	44	10.056	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	290.967	282	291.249	149.960
Títulos Privados				
Debêntures ⁽²⁾	8.449	130	8.579	55.512
Total Vinculados a compromissos de recompra	309.428	456	309.884	205.472
Vinculados à prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	60.758
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	12.364	89	12.453	111.673
Outros				
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	18.000	189	18.189	-
Total Vinculados à prestação de garantias	30.364	278	30.642	172.431

a.2) Classificação e Vencimento

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2017		31/12/2016	
					Total	Total		
Títulos para Negociação								
Carteira Própria								
Títulos Públicos								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	714.810	-	68.795	783.605	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	8.661	31.113	39.775	20.499	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	104.853	-	-	104.853	-	-	-
Títulos Privados								
Ações de Companhias Abertas ⁽³⁾	339.319	-	-	-	339.319	61.965	-	-
Total Carteira Própria	339.319	819.663	8.661	99.909	1.267.552	82.464		
Circulante					1.267.552	82.464		
Vinculados a compromissos de recompra								
Títulos Públicos								
Letras do Tesouro Nacional - LFT	-	-	-	80.270	80.270	100.956	-	-
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	80.270	80.270	100.956		
Circulante					80.270	100.956		
Vinculados à prestação de garantias								
Títulos Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	4.642	-	4.642	4.221	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	106.513	106.513	-	-	-
Total Vinculados à prestação de garantias	-	-	4.642	106.513	111.155	4.221		
Circulante					111.155	4.221		
Total Títulos para Negociação	339.319	819.663	13.303	286.692	1.458.977	187.641		
Circulante					1.458.977	187.641		

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2017 Total	31/12/2016 Total
Títulos Disponíveis para Venda						
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	3.889	3.889	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	20.469
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	-	-	50.571
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	990	227.966	228.956	234.090
Títulos Privados						
Debêntures ⁽²⁾	-	-	20.014	23	20.037	52.171
Notas Promissórias	-	-	-	50.228	50.228	54.337
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	-	-	3.468	3.468	3.012
LF Pós-Principal e Encargos	-	-	1.548	-	1.548	-
Total Carteira Própria	-	-	22.552	285.574	308.126	414.650
Circulante					22.552	137.748
Longo Prazo					285.574	276.902
Vinculados a compromissos de recompra						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	10.056	10.056	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	192.212	99.037	291.249	149.960
Títulos Privados						
Debêntures ⁽²⁾	-	-	-	8.579	8.579	55.512
Total Vinculados a compromisso de recompra	-	-	192.212	117.672	309.884	205.472
Circulante					192.212	50.075
Longo Prazo					117.672	155.397
Vinculados à prestação de garantias						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	60.758
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	12.453	12.453	111.673
Outros						
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	18.189	-	-	-	18.189	-
Total Vinculados à prestação de garantias	18.189	-	-	12.453	30.642	172.431
Circulante					18.189	32.727
Longo Prazo					12.453	139.704
Total Títulos Disponíveis para Venda	18.189	-	214.764	415.699	648.652	792.553
Circulante					232.953	220.550
Longo Prazo					415.699	572.003

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados à taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

(2) Estas Debêntures são remuneradas 100% do CDI + 4,25% a.a, seu vencimento é em fevereiro de 2019. Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

(3) Em 31 de Dezembro de 2017 o Banco reclassificou sua carteira de ações JBS para a categoria Negociação. Essa reclassificação está alinhada à estratégia de gerenciamento de riscos e as melhores práticas contábeis onde os Instrumentos financeiros devem ser classificados, não pela intenção de obtenção de ganho financeiro em função da oscilação de preços, e sim pelo plano de negócio da entidade. O valor de marcação a mercado reclassificado para resultado positivo é de R\$ 99.360.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

a.3) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.264	67.000	111.810
Rendas de Títulos de Renda Fixa	97.367	167.340	64.702
Rendas de Títulos de Renda Variável	108.019	81.727	(4.185)
Resultado de Títulos no Exterior	95	128	26.637
Total	219.745	316.195	198.964

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 30.

O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às necessidades dos clientes;
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução Bacen nº 4.557/2017 e da Circular nº 3.354/2007, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições em que há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira *trading* da Instituição. Neste caso, diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- VaR Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test;
- Stop Loss.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Resumo	Custo - Valor a		Total	31/12/2017		31/12/2016
	Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado		Valor Referencial dos Contratos	Valor de mercado	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	(1.873)	(2.094)	(3.967)	827.544	(5.529)	1.566.552
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	3.981	1.980	5.961	216.497	1.911	91.723
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	17	3.500
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	-	-	-	(256)	4.070
Total	2.108	(114)	1.994	1.044.041	(3.857)	1.665.845

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valores a Receber/(Pagar) a Mercado	31/12/2017		31/12/2016	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(1.918)	(2.410)	360	(3.968)
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	3.614	1.596	752	5.962
Operações de Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-
Certificado de Operação Estruturada - COE	-	-	-	(256)
Total	1.696	(814)	1.112	1.994

Valores Referenciais dos Futuros*	31/12/2017		31/12/2016	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
DDI	156.949	321.933	111.732	590.614
DI	266.859	241.073	521.993	1.029.925
Dólar	349.433	-	-	349.433
Euro	-	-	-	-
BGI	-	146	-	146
Total	773.241	563.152	633.725	1.970.118

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de DDI, DI, BGI, Euro, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 1.173 ativos (31/12/2016 - R\$ 9.618 ativos), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos registrados na B3, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 123.608 (31/12/2016 - R\$ 176.652) sendo este representado por LTN R\$ 106.513, NTN R\$ 12.453 e LFT R\$ 4.642.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre		01/01 a 31/12/2017		01/01 a 31/12/2016	
	Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado
NDF	129.735	(34.823)	94.912	212.279	(187.380)	24.899
"Swap"	6.993	(3.677)	3.316	16.018	(5.662)	10.356
Opções	1	-	1	318	-	318
Derivativos de Crédito	5	-	5	205	(238)	(33)
DI	83.455	(95.169)	(11.714)	178.264	(101.696)	76.568
DDI	153.800	(140.569)	13.231	194.534	(168.999)	25.535
BGI	469	(844)	(375)	645	(862)	(217)
Moedas	31.408	(125.206)	(93.798)	107.733	(130.678)	(22.945)
Índice	3.360	(2.699)	661	5.784	(8.739)	(2.955)
Dólar	43.490	(43.915)	(425)	43.490	(43.915)	(425)
COE - Operações estruturadas	-	-	-	-	-	-
Milho	-	-	-	-	-	-
S&P Euro	-	-	-	1.120	(413)	707
Total	452.716	(446.902)	5.814	760.390	(648.582)	111.808

b.4) Hedge de Fluxo de Caixa

O Conglomerado Original utiliza instrumentos derivativos na gestão de seus riscos em investimentos no exterior da Agência Cayman, cuja moeda de suas operações está em dólar. O instrumento derivativo utilizado é feito na forma de *hedge* de fluxo de caixa.

O Conglomerado documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*. O Banco também documenta, mediante elaboração de teste de efetividade, sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados são eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2017, o impacto no resultado do componente inefetivo foi no valor de R\$ (1.288), contabilizado na rubrica de Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

8. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações Interfinanceiras" no montante de R\$ 2.420 ativa (31/12/2016 - R\$ 1.194 ativa) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e Títulos Descontados	1.567.670	1.519.547
Empréstimos	1.424.372	1.365.103
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	281.223	392.846
Capital de Giro	886.146	826.708
Conta Corrente Garantida	71.740	100.446
Empréstimo Consignado	573	2.315
Cheque Especial	45.413	13.875
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	8	45
Crédito Pessoal	37.061	5.371
Empréstimo rotativo	14.359	14.884
Outros empréstimos	87.849	8.613
Títulos Descontados	143.298	154.444
Financiamentos	733.977	920.277
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	733.977	920.277
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	93.755
Financiamentos Imobiliários	61.329	155.409
Adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 10.a)	69.031	91.394
Direitos Creditórios (Nota 10.e)	2.521.539	2.538.902
Outros créditos (Nota 10.d)	6.300	9.300
Subtotal	4.959.846	5.328.584
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9.e)	(168.658)	(233.295)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9. e.1)	(18.759)	(25.334)
Total	4.772.429	5.069.955
Circulante	3.755.715	4.405.658
Longo Prazo	1.016.714	664.297

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

Setor Privado	Parcelas a Vencer até 12 Meses e			31/12/2017		31/12/2016	
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total		
	Rural	15.895	693.798	416.155	1.125.848	1.331.383	
Indústria	35.252	405.447	394.383	835.082	1.153.439		
Financeiro	-	3.346	-	3.346	1.244		
Pessoas Físicas	90.086	200.274	8.555	298.915	135.216		
Comércio	23.773	2.247.381	146.840	2.417.994	2.357.080		
Serviços	353	154.751	89.606	244.710	340.099		
Outros	317	30.776	2.858	33.951	10.123		
Total	165.676	3.735.773	1.058.397	4.959.846	5.328.584		

c) Concentração de Crédito

	31/12/2017				31/12/2016	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	1.043.824	21%	1.755	1%	1.191.768	22%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.377.118	28%	63.559	34%	1.394.597	26%
100 Maiores Devedores Seguintes	648.790	13%	11.984	6%	783.734	15%
Demais Devedores Seguintes	1.890.114	38%	110.119	59%	1.958.485	37%
Total	4.959.846	100%	187.417	100%	5.328.584	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2017. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de rating e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	31/12/2017			
	Carteira de Créditos			Provisão
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total
AA	-	881.845	-	881.845
A	0,5%	2.827.925	107	2.828.032
B	1,0%	563.608	18.009	581.617
C	3,0%	319.950	33.336	353.286
D	10,0%	51.463	20.316	71.779
E	30,0%	30.170	75.867	106.037
F	50,0%	623	7.725	8.348
G	70,0%	45.056	7.757	52.813
H	100,0%	4.238	71.851	76.089
Total		4.724.878	234.968	4.959.846
				187.417

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2016	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso		Total	Provisão	
		Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾		Requerida	
AA	-	1.234.225	-	1.234.225	-	-
A	0,5%	2.313.049	93	2.313.142	11.566	11.566
B	1%	747.822	16.762	764.584	7.659	7.659
C	3%	333.636	25.293	358.929	10.801	10.801
D	10%	91.451	69.511	160.962	16.275	16.275
E	30%	135.229	236.692	371.921	111.576	111.576
F	50%	658	35.804	36.462	18.231	18.231
G	70%	14.789	4.671	19.460	13.622	13.622
H	100%	3.184	65.715	68.899	68.899	68.899
Total		4.874.043	454.541	5.328.584	258.629	258.629

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	233.295	128.616
Constituição Líquida de Reversão	34.605	181.188
Baixa para Prejuízo	(99.242)	(76.509)
Saldo Final	168.658	233.295
Circulante	(126.698)	(148.396)
Longo Prazo	(41.960)	(84.899)
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	68.251	59.527

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Outros Créditos

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	25.334	10.621
Constituição Líquida de Reversão	(6.575)	14.713
Saldo Final	18.759	25.334
Circulante	(18.759)	(25.303)
Longo Prazo	-	(31)

No exercício de 2017 os créditos renegociados são de R\$ 258.764 (31/12/2016 - R\$ 305.165) e a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos é de R\$ 39.577 (31/12/2016 - R\$ 70.741), relativos às operações vencidas e repactuadas. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 30.

f) Cessão de Crédito

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios foram baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. A venda da carteira no exercício de 2017 foi efetuada no valor de R\$ 591.133 conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	530.783	25.798
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	60.350	44.202
Total da Venda ⁽³⁾	591.133	70.000

(1) Não houve lucro na cessão, a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e o valor da reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa foi no montante de R\$ 416.660.

(2) O montante de R\$ 60.350 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) Venda feita com partes relacionadas.

g) Resultado de Operações de Crédito

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	84	878	1.249
Rendas de Empréstimos	213.913	505.440	446.408
Rendas de Títulos Descontados	18.414	32.416	55.100
Rendas de Financiamentos	61.610	128.451	154.734
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo ⁽¹⁾	17.031	68.251	59.527
Resultado com Cessão de Créditos sem coobrigação	-	504	264
Despesas com Cessão de Créditos com coobrigação	(44)	(42)	(258)
Perdas com créditos incobráveis	(1.549)	(2.170)	(4.249)
Total	309.459	733.728	712.775

(1) No exercício de 2017 o montante de R\$ 60.350 (31/12/2016 - R\$ 44.202) refere-se à recuperação de créditos baixados para prejuízo pela cessão de carteira.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

10. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	-	(4.888)
Direitos sobre Venda de Câmbio	-	898
Câmbio Comprado a Liquidar	70.453	95.342
Rendas a receber de adiantamentos concedidos ⁽¹⁾	1.051	1.103
Total	71.504	92.455
Circulante	71.504	92.455
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	-	(895)
Obrigações por Compra de Câmbio	(67.980)	(95.211)
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	67.980	90.291
Total	-	(5.815)
Circulante	-	(5.815)

(1) Os valores de Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 1.051 (31/12/2016 - R\$ 1.103) e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 67.980 (31/12/2016 - R\$ 90.291) compõem o saldo de R\$ 69.031 (31/12/2016 - R\$ 91.394) divulgado na nota 9.a.

a.1) Resultado de Operações de Câmbio

	2º Semestre	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de câmbio	32.517	70.839	156.776
Despesas de câmbio	(31.344)	(67.582)	(156.236)
Total	1.173	3.257	540

b) Créditos Tributários

	31/12/2017	31/12/2016
Créditos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	274.368	240.428
Constituições	293.169	161.279
Reversões	(221.799)	(127.339)
Saldo Final	345.738	274.368
Débitos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	15.184	4.187
Constituições	86.149	12.118
Reversões	(52.835)	(1.121)
Saldo Final	48.498	15.184

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo Fiscal	403.578	205.428
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	100.895	51.357
Base Negativa de Contribuição Social	408.238	208.860
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20% ⁽¹⁾	81.648	41.772
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	204.816	242.650
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	18.759	25.334
Provisão para Contingências Trabalhistas	21.579	22.867
Provisão para Contingências Cíveis	17.696	20.689
Provisão para Despesas Administrativas	49.978	48.174
Provisão PLR - Administradores	4.812	20.766
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	11.739	5.884
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	2.803	-
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(130)	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	1.130	104
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(53)	(5)
Perdas em Operações de Crédito	9.024	6.265
Outras Diferenças Temporárias	20.097	10.014
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	362.250	402.742
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	362.250	402.742
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	90.563	100.685
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20% ⁽¹⁾	72.450	80.549
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	2.803	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	1.130	104
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	3.933	104
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	183	5
Total do Ativo Fiscal Diferido	345.738	274.368
Circulante	94.516	77.261
Longo Prazo	251.222	197.107

(1) Em 30 de junho de 2015, a alíquota era de 15% com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2017	31/12/2016
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	101.048	18.544
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	929	6.938
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(4.742)	(1.185)
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	6.447
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(300)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	-	30.444
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	24.309	7.611
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	19.447	6.089
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	101.048	18.544
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	929	6.938
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	6.447
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	101.977	31.929
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	4.742	1.485
Total do Passivo Fiscal Diferido	48.498	15.185
Circulante	48.498	15.185

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2017	-	-	-	77.262	15.185	62.077
2018	94.516	48.498	46.018	104.251	-	104.251
2019	39.389	-	39.389	48.495	-	48.495
2020	69.926	-	69.926	43.988	-	43.988
2021	59.114	-	59.114	372	-	372
2022	80.993	-	80.993	-	-	-
A partir de 2023	1.800	-	1.800	-	-	-
Total	345.738	48.498	297.240	274.368	15.185	259.183

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2017, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 298.111 (31/12/2016 - R\$ 220.009).

d) Outros Créditos Diversos

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	33.639	7.890
Devedores por Depósitos em Garantia	14.435	10.591
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	7.218	5.813
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	7.217	4.778
Adiantamentos Salariais/Outros	1.176	8.211
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 9.a)	6.300	9.300
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	37
Valores a receber venda da marca (Nota 31.f)	297.419	411.311
Outros	14.354	5.442
Total	367.323	452.782
Circulante	55.469	154.711
Longo Prazo	311.854	298.071

e) Direitos Creditórios

	31/12/2017	31/12/2016
Direitos Creditórios (Nota 9.a) ⁽¹⁾	2.521.539	2.538.902
Total	2.521.539	2.538.902
Circulante	2.345.309	2.336.272
Longo Prazo	176.230	202.630

(1) Na rubrica "Direitos creditórios", que se refere à compra de direitos de recebíveis decorrentes de transações mercantis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas).

11. Outros Valores e Bens

	31/12/2017	31/12/2016
Bens não de Uso - Imóveis	116.361	70.742
(Provisão para Desvalorização)	(11.739)	(5.884)
Despesas Antecipadas	16.758	16.897
Total	121.380	81.755
Circulante	16.758	16.897
Longo Prazo	104.622	64.858

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		Participação
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	
Controladas do Conglomerado			
Original App Ltda.	Desenvolvimento de aplicativos/Teletendimento/Pr estação de serviços de crédito	3.449.655	99,99%
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento	99.999	99,99%
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira/Fundos	1.999.800	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	3.446.550	99,90%

Controladas do Conglomerado	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	31/12/2017	01/01 a 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Original App Ltda.	2.869	(476)	2.393	2.869	(476)	(544)
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾	-	-	100	100	-	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	2.714	(1.235)	1.476	713	(1.234)	(857)
Picpay Serviços S.A. ⁽²⁾	-	-	-	-	-	(2.068)
Original Asset Management Ltda. ⁽³⁾	2.000	985	2.985	62.229	1.868	3.211
Total	7.582	(726)	6.954	65.911	158	(202)

(1) Em fase pré-operacional com capital a integralizar.

(2) O investimento foi alienado para empresa ligada em dezembro de 2016 pelo valor contábil não gerando resultado de alienação.

(3) Em 5 de maio de 2017 o capital social da Original Asset Management foi reduzido em R\$ 61.119 por ser considerado excessivo. O novo capital social passou a ser de R\$ 2.000, com o consequente cancelamento de 61.119 quotas.

13. Imobilizado de Uso

a) Valor residual imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	31/12/2017		31/12/2016	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	36.083	(8.057)	28.026	30.588
Sistemas de Processamento de Dados	61.095	(19.451)	41.644	663.688
Sistemas de Segurança e Comunicações	822	(505)	317	411
Total	98.000	(28.013)	69.987	694.687

b) Movimentação imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Saldo inicial 31.12.2016	Aquisição/ Baixas	Transferência ⁽¹⁾	Depreciação	Saldo Final 31/12/2017
	Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	30.591	1.251	(61)	(3.755)
Sistemas de Processamento de Dados	663.684	12.025	(623.082)	(10.983)	41.644
Sistemas de Segurança e Comunicações	412	13.026	(12.935)	(186)	317
Total	694.687	26.302	(636.078)	(14.924)	69.987

(1) O Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução Bacen nº 4.534/2016 e reclassificou em 2017 o montante de R\$ 636.078 referente a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível.

14. Intangível

a) Valor residual

Gastos com Desenvolvimento	31/12/2017		31/12/2016	
	Custo	Amortização Líquido	Custo	Líquido
	807.316	(134.293)	673.023	39.642
Total	807.316	(134.293)	673.023	39.642

b) Movimentação do Intangível

Gastos com Desenvolvimento	Saldo inicial 31.12.2016	Aquisição/ Baixas	Transferência ⁽¹⁾	Amortização	Saldo Final 31/12/2017
		39.643	88.208	636.078	(90.906)
Total	39.643	88.208	636.078	(90.906)	673.023

(1) O Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução Bacen nº 4.534/2016 e reclassificou o montante de R\$ 636.078 referente a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível.

15. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

Depósitos	31/12/2017				31/12/2016	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	191.263	-	-	-	191.263	78.886
Depósitos Interfinanceiros	-	90.426	12.103	-	102.529	72.891
Depósitos a Prazo - CDB e RDB ⁽¹⁾	-	901.641	1.173.506	1.606.849	3.681.996	3.032.376
Total	191.263	992.067	1.185.609	1.606.849	3.975.788	3.184.153
Circulante					2.368.939	1.315.004
Longo Prazo					1.606.849	1.869.149

(1) Os Depósitos a Prazo possuem cláusula de resgate antecipado.

Em 31 de dezembro de 2017, os Depósitos a Prazo estão compostos por CDB no montante de R\$ 3.537.449 (31/12/2016 - R\$ 2.832.316) e RDB de R\$ 144.547 (31/12/2016 - R\$ 198.696). O Conglomerado realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 129,50% do CDI (31/12/2016 - 90% e 129,50% do CDI) e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 6,23% a.a. e 19,19 % a.a. (31/12/2016 - 11,89% a.a. e 19,19% a.a.). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas entre 101,5% e 106% do CDI (31/12/2016 - 101% e 106% do CDI).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Depósitos Interfinanceiros	(4.191)	(15.334)	(1.631)
Depósitos a Prazo - CDB, RDB e DPGE	(140.146)	(317.082)	(299.604)
Captação no Mercado Aberto	(5.666)	(14.048)	(7.457)
Despesas de Letras Financeiras	(7.245)	(20.031)	(26.847)
Despesas de Letras Imobiliárias	(33.238)	(85.883)	(78.535)
Despesas Letras de Crédito do Agronegócio	(32.565)	(81.763)	(191.353)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(3.476)	(7.211)	(6.905)
Despesas de Operação Estruturada - COE	(96)	(218)	(268)
Total	(226.623)	(541.570)	(612.600)

b) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2017 Total	31/12/2016 Total
Carteira Própria	388.511	-	-	388.511	305.428
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	250.041
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	290.050	-	-	290.050	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	90.013	-	-	90.013	-
Outros	8.448	-	-	8.448	55.387
Total	388.511	-	-	388.511	305.428
Circulante				388.511	305.428

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2017 Total	31/12/2016 Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	368.006	332.476	73.929	774.411	1.061.558
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	171.916	692.506	100.850	965.272	1.130.833
Letras Financeiras - LF	-	59.010	57.382	116.392	215.956
Certificado de Operações Estruturadas - COE	-	-	-	-	2.423
Total	539.922	1.083.992	232.161	1.856.075	2.410.770
Circulante				1.623.914	1.925.274
Longo Prazo				232.161	485.496

O Conglomerado realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 88% e 104% do CDI (31/12/2016 - 89% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 6,01% a.a. e 16,62% a.a (31/12/2016 - 10,78% a.a. e 16,62% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 85% a 102% do CDI (31/12/2016 - 87% e 102,60%). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 112% a 120% do CDI (31/12/2016 - 112% a 120,97%) ou 107,5% a 108,5% do IPCA (31/12/2016 - 107,5% a 108,5%).

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamentos em moeda estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contra valor em moeda nacional e transferência de recursos entre dependências no montante de R\$ 5.768 ativo (31/12/2016 - R\$ 19.538 passivo).

e) Obrigações por Repasses do País

O Conglomerado possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinadas a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2017 Total	31/12/2016 Total
Funcafé - FAC	-	-	-	-	55.481
Funcafé - Estocagem	-	-	-	-	34.572
Funcafé - Capital de Giro	-	-	-	-	5.405
Total	-	-	-	-	95.458
Circulante					95.458

Em outubro de 2017, o Banco apresentou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a assistência do contrato unicamente para este ano safra, tendo em vista a não formalização por parte do Ministério, o qual foi encaminhado em agosto deste mesmo ano. Não há prejuízo de submeter novo pedido de repasse de recursos financeiros do Funcafé nos próximos anos safra.

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

f) Despesa de Empréstimos e Repasses

	2º Semestre	31/12/2017	31/12/2016
Resultado De Empréstimos No Exterior ⁽¹⁾	350	2.058	(13.119)
Despesas De Obrigações Com Banqueiros No Exterior	(644)	(1.941)	(1.102)
Despesas De Repasses - Outras Instituições Oficiais	(694)	(2.836)	(3.089)
Total	(988)	(2.719)	(17.310)

(1) O efeito credor refere-se à variação cambial do exercício.

16. Obrigações por Empréstimos

a) Obrigações em moeda estrangeira

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2017 Total	31/12/2016 Total
Obrigações em moedas estrangeiras	-	-	-	-	104.017
Total	-	-	-	-	104.017
Circulante					104.017

Em 2016, o Banco Original realizou operações com moedas estrangeiras com taxas praticadas de 2,43% a.a. a 4,5% a.a.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

17. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições a Recolher	12.329	17.240
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	1.175	1.844
Impostos e Contribuições sobre Salários	7.776	11.309
I.R.R.F. a recolher s/ Juros Capital Próprio	682	1.125
I.R.- s/ Operações de renda fixa	206	282
IOF - Capital de Giro	374	183
Outros	2.116	2.497
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	17.324
Provisão para Imposto de Renda	-	9.361
Provisão para Contribuição Social	-	7.963
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 10.b.2)	48.498	15.184
Total	60.827	49.748
Circulante	60.827	49.748

b) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 18.b.1)	24.760	22.885
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 18.b.2)	17.696	20.689
Provisão para Pagamentos a Efetuar	88.748	95.070
Despesas de Pessoal	73.786	89.833
Outras Despesas Administrativas	11.111	1.758
Outros Pagamentos	3.851	3.479
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	13.794	14.131
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	1.660	11
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	1.107	268
Subscrições de Capital a Integralizar	100	100
Credores Diversos - Exterior/País ⁽³⁾	128.428	85.060
Adiantamento, Comissões, Antecipações a Correspondentes	-	773
Provisão para Fianças	2.037	749
Outros	14	4
Total	278.344	239.740
Circulante	235.888	196.168
Longo Prazo	42.456	43.572

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

(3) Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original, que são pagos em outros bancos em D+1, e a obrigações com a bandeira referente às operações com cartões de débito e crédito.

18. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	22.884	20.714
Constituição	4.339	9.279
Atualização	2.537	2.132
Reversão	(5.000)	(9.231)
Saldo Final	24.760	22.894

Para os processos trabalhistas, foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.218 (31/12/2016 - R\$ 5.813).

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução e (4) ações de indenização por perdas e danos.

O Conglomerado contabiliza as provisões para as ações de perda provável de acordo com o prognóstico dos advogados. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	20.689	33.759
Constituição	6.199	4.447
Atualização	312	1.708
Reversão	(9.504)	(19.225)
Saldo Final	17.696	20.689

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.217 (31/12/2016 - R\$ 4.778).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de naturezas trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	31/12/2017	31/12/2016
Processos Trabalhistas	74.862	5.502
Processos Cíveis	33.245	32.451
Total	108.107	37.953

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Banco Original S.A.:

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social de R\$2.130.001 (31/12/2016 - R\$ 2.130.001) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001

Banco Original do Agronegócio S.A.:

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social de R\$ 109.123 (31/12/2016 - R\$ 109.123) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	109.123	109.123	109.123	109.123
Total	109.123	109.123	109.123	109.123

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por LTN, NTN, LFT e títulos privados cujo montante é de R\$ 1.076 (31/12/2016 - R\$ 3.638).

c) Reserva de Lucros

c.1) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro de exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão do Estatuto Social e legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2017 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 612 (31/12/2016 - R\$ 1.256). O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2017 atingiu o montante de R\$ 3.468 (31/12/2016 - R\$ 2.856).

c.2) Reserva Estatutária

A reserva estatutária é constituída por determinação da instituição como destinação de uma parcela do lucro do exercício. Em 31 de dezembro de 2017 foi constituída reserva no montante de R\$ 2.482 e apresentado o saldo de R\$ 18.847 (31/12/2016 - R\$ 16.365).

d) JCP e Dividendos

No exercício de 2017 foi deliberado o montante de R\$ 9.144 (31/12/2016 - R\$ 7.500) de Juros sobre Capital Próprio, o qual após retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$ 7.772. Desse valor, o montante líquido de R\$7.695 será pago à J&F e o montante líquido de R\$ 77 será pago para ao acionista minoritário. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$ 4.115.

20. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, perante a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nestas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos da Resolução nº 4.280/2013, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência Nível I	1.307.344	1.837.621
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.307.344	1.837.621
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	8.017.216	9.139.737
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	6.467.540	1.240.323
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	857.777	555.151
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	691.898	7.344.262
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	16,3%	20,1%

(1) Para fins de apuração do Índice de Basileia, o Conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, a fim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O Índice de Basileia não excluiu os impactos mencionados é de 19,1%.

Em 2017 e 2016 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Nos anos de 2017 e 2016, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

21. Partes Relacionadas

a) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	31/12/2017				31/12/2016	
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Banco Original S.A	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Acionistas						
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	518.913.037	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	518.913.037	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

Banco Original do Agronegócio S.A

Acionistas

J&F Participações S.A. (J&F)
Pessoas Físicas (PF)

Total

	31/12/2017		31/12/2016	
	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)				
	99.000.000	99%	99.000.000	99%
	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%

b) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. As cessões de crédito ocorridas com partes relacionadas foram efetuadas a valor contábil. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2017	31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
	339.320	61.965	81.727	22.152
Ações	297.419	410.309	-	-
JBS S.A. (JBS) ⁽²⁾	-	32	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	6	-	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	-	6	-	-
Original APP Ltda.	297.419	410.271	-	-
J&F Investimentos S.A. (Nota 31.d)	(38.916)	(12.406)	-	-
Depósito à Vista	(17.578)	(147)	-	-
JBS S.A. (JBS)	-	(29)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(2)	(2)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(0)	(1)	-	-
Original APP Ltda.	(20)	(65)	-	-
Original Asset Management Ltda	(8)	-	-	-
Original Corporate Corretora Ltda	(162)	(9.943)	-	-
Seara Alimentos Ltda	-	(46)	-	-
J&F Participações S.A.	(61)	(17)	-	-
J&F Investimentos S.A.	-	(65)	-	-
JBS Promotora	(12.039)	(71)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(7.989)	(1)	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(44)	(178)	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A	(2)	-	-	-
Fazenda Botas Agropecuária LTDA	(2)	(2)	-	-
Futura Venture Capital Participações LTDA	(2)	-	-	-
JJBM Participações LTDA	(4)	-	-	-
JB Barra do Tietê Agropecuária LTDA	(7)	(7)	-	-
CV - Rádio e Televisão LTDA	(8)	(2)	-	-
JB Agropecuária LTDA	(14)	(2)	-	-
VLBM Participações LTDA	(23)	-	-	-
Ambar Energia LTDA	(210)	(94)	-	-
JBS Aves LTDA	(742)	(1.734)	-	-
Agrícola Jandelle	(1.072.525)	(281.621)	(26.338)	(12.855)
Depósito a Prazo	(2.317)	(2.665)	(382)	(223)
Original APP Ltda.	-	(1.381)	-	(1)
J&F Investimentos S.A.	(28.135)	(28.961)	(5.646)	(3.852)
J&F Participações S.A.	(5.040)	(9.959)	(702)	(221)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(6.597)	(15.789)	(919)	(332)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(51.124)	(61.831)	(7.800)	(3.543)
JBS S.A.	(66.316)	(60.385)	(8.483)	(2.385)
Seara Alimentos Ltda	(2.003)	(30.238)	(399)	(2.021)
Original Asset Management Ltda	(880)	-	(11)	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	-	(70.274)	-	(274)
Eldorado Brasil Celulose S.A	-	(33)	-	(2)
Picpay Serviços Ltda ME	(1.721)	-	(338)	-
Divinópolis Saneamentos S.A.	(29)	-	(2)	-
Fip Caixa Milão	(468.060)	-	(812)	-
Fip Multiestratégia Formosa	(13)	(105)	(0)	(1)
Instituto Germinare	(438.819)	-	(742)	-
J&F Floresta Agropecuária Araguaia LTDA	(1.465)	-	(102)	-
São João Transmissora de Energia S.A.	(6)	-	(0)	-
JB Agropecuária LTDA	-	-	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Captação no Mercado Aberto	(8.446)	-	(3)	-
Eldorado Brasil Celulose S.A	(8.446)	-	(3)	-
JCP a Pagar	(7.773)	(6.375)	(7.773)	-
J&F Participações S.A. ⁽¹⁾	(7.773)	(6.375)	(7.773)	-

(1) Valor de Juros sobre Capital Próprio distribuído para Controladora no montante de R\$ 9.053, para o minoritário R\$ 91 e retenção de Imposto de Renda na fonte de R\$ 1.371.

(2) As ações estão marcadas ao valor de mercado e a receita é decorrente da variação positiva do período.

Demais transações

Cessão de Crédito: Em 2017 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresas ligadas, no montante de R\$ 591.133 (Nota 9.f). O montante de R\$ 245.098 foi recebido em ações da JBS, classificadas no ativo como títulos disponíveis para negociação e o montante de R\$ 346.035 foi recebido em caixa.

Direitos Creditórios: Foi feita a aquisição de direitos de recebíveis decorrente de vendas mercantis, a valor de mercado, no montante de R\$ 1.669.649 (31/12/2016 - R\$ 1.821.844), da cadeia produtiva da J&F Investimentos S.A. (Nota 10.e).

Prestação de serviços: Em 22 de dezembro de 2016, o Banco Original firmou contrato com a J&F Investimentos S.A. para adquirir serviços de consultoria de inteligência e marketing, para promoção e divulgação de suas atividades, visando sua consolidação e expansão perante seu público. O valor estabelecido para pagamento dos serviços está baseado em indicadores de performance do Banco. O impacto no resultado no exercício de 2017 foi de R\$ 3.700.

Vendas ações: Foram vendidas 5.524.861 ações da JBS S.A cujo valor negociado a mercado foi de R\$ 49.999 para partes relacionadas.

22. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

a) Receita de Prestação de Serviços

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Cobrança e Arrecadações	2.469	4.787	4.442
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	2.135	3.154	15.200
Serviço de recebimento e envio de valores	1.566	3.163	6.136
Comissões de cartões	4.724	8.899	2.154
Outras	2.353	3.931	2.027
Total	13.247	23.934	29.959

b) Tarifas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Tarifas	3.281	5.076	677
Total	3.281	5.076	677

23. Despesas de Pessoal

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Remuneração	(82.717)	(189.169)	(161.267)
Encargos	(26.441)	(59.626)	(49.497)
Benefícios	(16.215)	(33.909)	(23.075)
Outras	(520)	(730)	(1.508)
Total	(125.893)	(283.434)	(235.347)

24. Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(25.546)	(50.117)	(53.150)
Depreciações e Amortizações	(56.344)	(105.467)	(52.160)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(1.950)	(6.178)	(92.065)
Comunicações	(1.382)	(2.448)	(2.132)
Processamento de Dados	(60.054)	(110.106)	(70.333)
Aluguéis	(4.960)	(9.992)	(11.457)
Transportes e Viagens	(2.253)	(4.709)	(6.293)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.684)	(3.511)	(3.573)
Manutenção e Conservação de Bens	(1.758)	(3.338)	(4.060)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(27.574)	(55.341)	(21.121)
Água, Energia e Gás	(791)	(1.591)	(1.549)
Material	(834)	(1.352)	(758)
Despesas Legais e Jurídicas	(1.176)	(2.593)	(1.939)
Despesas com registros de títulos e documentos	(163)	(834)	(2.095)
Indenizações Judiciais	(482)	(1.028)	(1.640)
Outras despesas administrativas	(3.555)	(9.580)	(11.710)
Total	(190.506)	(368.185)	(336.035)

(1) As despesas de marketing foram ressarcidas pela J&F Investimentos as quais estão representadas na nota 26 na rubrica Recuperação de Encargos e Despesas.

(2) Refere-se principalmente a despesas com a utilização de cartões de débito e crédito, corretagens e outros serviços financeiros.

25. Despesas Tributárias

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Despesa com COFINS	(13.624)	(24.772)	(18.032)
Despesa com ISS	(1.123)	(2.056)	(1.832)
Despesa com PIS/Pasep	(2.214)	(4.026)	(2.930)
IOF	(33)	(97)	(58)
Outras	(2.201)	(4.120)	(1.283)
Total	(19.195)	(35.071)	(24.135)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

26. Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Atualização de Depósitos Judiciais	443	948	666
Atualização de Impostos a Compensar	5.046	5.157	2.781
Recuperação de Encargos e Despesas	7.197	8.735	1.375
Reversão de Provisões Cíveis	1.402	2.993	13.070
Receita com Variação Cambial	-	-	19.701
Rendas de Garantias Prestadas	3.586	7.516	4.908
Crédito Fiscal ⁽¹⁾	30.592	30.592	21.167
Receita Atualização Monetária ⁽²⁾	13.347	35.298	-
Outras Receitas	2.508	3.320	1.323
Total	64.121	94.559	64.991

(1) Trata-se do valor aprovado do "Incentivo Tecnológico de 2015 (Lei do BEM)."

(2) O valor da Receita de atualização monetária refere-se a venda da marca demonstrado na nota 31.f.

27. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Provisões Operacionais	(1.222)	(1.876)	(2.171)
Trabalhistas	(1.222)	(1.876)	(2.171)
Indenizações Trabalhistas	(414)	(764)	(2.104)
Prejuízos Operacionais	(3.846)	(3.846)	-
Outras	(623)	(894)	(575)
Total	(6.105)	(7.380)	(4.850)

28. Resultado não Operacional

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(387)	(429)	(594)
Ganhos/Perdas de Capital	-	-	(317)
Desvalorização de Outros Valores e Bens (BNDU)	(5.748)	(5.854)	-
Outras Receitas/(Despesas)	-	-	365.718
Total	(6.135)	(6.283)	364.807

29. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzidas as Participações no Resultado e JP		(37.024)	25.913
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		(3.066)	(588)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL ⁽¹⁾		(25.883)	(46.615)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ ⁽¹⁾		(24.655)	(46.655)
Base de cálculo - CSLL		(65.972)	(21.292)
Base de cálculo - IRPJ		(64.745)	(21.331)
CSLL - 20%		13.194	4.258
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais		16.186	5.918
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social		29.380	10.176
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL		29.380	10.176

(1) Em outras Diferenças Permanentes contemplam o valor de R\$ 30.592 referente ao valor aprovado do "Incentivo Tecnológico de 2015 (Lei do BEM)."

30. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, perante seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a Resolução Bacen nº 3.380/2006, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição, danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda aos requisitos da Resolução nº 4.557/2017 e Resolução nº 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução Bacen nº 4.557/2017 e a Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012. A definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidades da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas.

A Diretoria do Conglomerado é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À Diretoria Executiva de Riscos cabe propor a Diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

31. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2017, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, montam a R\$ 395.162 (31/12/2016 - R\$ 332.369), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos, pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 2.037 (31/12/2016 - R\$ 749).

	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Fiscal	214.821	1.074	191.652	-
Locação	26.155	131	24.083	123
Confissão de Dívida	32.323	-	43.585	23
Prestação de Serviço	9.901	97	10.478	53
Trabalhista	52.724	264	2.571	-
Banco (Financiamento)	42.118	421	50.000	500
B3	10.000	50	10.000	50
Financiamento	7.120	-	-	-
Total	395.162	2.037	332.369	749

b. Seguros

O Conglomerado possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 31 de dezembro de 2017 a carteira coberta pelo seguro atinge o montante de R\$ 1 (31/12/2016 - R\$ 54), referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no período atingem o montante de R\$ 11 (31/12/2016 - R\$ 11). A Administração do Banco considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Conglomerado as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 695/2012.

d. Remuneração dos Administradores

Os benefícios de curto prazo recebidos pela administração foram no montante de R\$ 40.359 (31/12/2016 - R\$ 46.031).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consiste na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento montam a R\$ 193 (31/12/2016 - R\$ 96).

O Banco não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

e. Plano de Saúde - Benefícios pós-emprego

O Banco é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do Acordo Coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 622 (31/12/2016 - R\$ 486).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f. Cessão de marca e domínio

O Conglomerado, com o objetivo de expandir a presença no setor de atividade em que atua, optou por utilizar a conceituada experiência na gestão de diversas marcas nacionais e internacionais da J&F Investimentos S.A., contando com equipe e consultoria global de profissionais especializados na área de inteligência e marketing. Em 22 de dezembro de 2016 o Banco Original S.A. cedeu para a J&F Investimentos S.A. (Parte Relacionada) a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios : www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br. O Conglomerado continuará a explorar a marca e domínio mediante pagamento de royalties de 1% do resultado operacional para a J&F.

O preço de venda acordado foi de R\$ 422.000 apurado por especialistas externos e independentes a ser pago em 36 parcelas nas seguintes condições contratuais: R\$ 11.730 foram recebidos no ato da venda; o saldo de R\$ 410.270 será recebido em 35 parcelas mensais de R\$ 11.720, acrescidos pela variação positiva do CDI a partir do ato da venda até a data do efetivo pagamento; e os pagamentos de royalties não ocorreram em 2017. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 297.419 e os resultados reconhecidos decorrentes de atualização de CDI montam o valor de R\$ 35.298 contabilizados na rubrica Resultados operacionais.

32. Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos.

Como é de conhecimento público, em maio de 2017, determinados executivos e ex-executivos da JBS S.A. e da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A (em conjunto com o Banco Original S.A, "Conglomerado Original"), celebraram acordos de colaboração premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"). Em junho de 2017, a J&F celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), devidamente homologado pela 5ª Câmara do MPF em 24 de agosto de 2017, a respeito do qual determinadas informações ainda estão pendentes de levantamento de sigilo. O Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

O Acordo prevê o pagamento de R\$ 10,3 bilhões em 25 anos a serem pagos exclusivamente pela J&F Investimentos S.A. e diz respeito às operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis, Greenfield e demais anexos constantes do Acordo.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), iniciaram uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original, incluindo-se membros da Administração do Conglomerado Original ou qualquer um de seus funcionários que tenham responsabilidade no processo de elaboração dos relatórios financeiros e que estiveram envolvidos nos mencionados crimes.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018, com a entrega, ao responsável pelo Departamento Jurídico do Conglomerado Original, do relatório detalhado contendo todo o escopo da investigação, as fontes de informações nas quais teve seu ponto de apoio e o resultado final, incluindo conclusões ("Relatório"), que será remetido ao Ministério Público Federal, no âmbito do Acordo. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

Observadas as premissas e ressalvas constantes do Relatório, os Assessores conduziram a revisão da documentação relacionada aos temas sob investigação, realizaram entrevistas com pessoas relevantes e análises financeiras e contábeis relacionadas a certas transações dentro do escopo. Os Assessores concluíram a investigação, conforme devidamente detalhado no Relatório, observado que não foram identificadas, dentro do escopo, evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Original tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Original é um órgão composto por dois membros externos e independentes, e três diretores do Banco.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna, e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Conglomerado, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Presidente e supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 13 vezes no exercício e fez 67 reuniões com a empresa de auditoria independente, com os responsáveis pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2017.

O Comitê de Auditoria emitiu três recomendações, sendo uma de implantação necessária e duas de implantação desejável ao longo do exercício. As recomendações foram aceitas e implantadas.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31.12.2017 das instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Original foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Conglomerado Financeiro Original a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018.

O Comitê de Auditoria